

O Planeamento e a turistificação dos espaços urbanos. O caso da Praça do Comércio e da Ribeira Naus, em Lisboa

Spatial planning and **touristification** of urban spaces. The case study of Praça do Comércio e da Ribeira das Naus, em Lisboa

ISABEL FERREIRA * [i.feijao@campus.ul.pt]

Resumo | A regeneração urbana enquanto forma de intervenção territorial integrada que combina ações de reabilitação com medidas adequadas de revitalização económica, social e cultural e de reforço da coesão e do potencial territorial, pretende dar “nova vida” aos territórios. A atividade turística impõe modificações significativas sobre o território, turistificando-o, isto é, o turismo quer como atividade económica, quer enquanto atividade social tem a capacidade de provocar profundas alterações nos territórios, sejam elas negativas ou positivas. Barros (1998) e Leite (2008). A Praça do Comércio e a Ribeira das Naus, em Lisboa foram objeto de requalificação e reabilitação urbana estrategicamente aprovadas em 2008, mas sem efetiva intenção de criação de espaços turísticos. A apropriação destes espaços para funções turísticas, transformou-os, por isso, em territórios de prestação de bens e serviços para satisfação de turistas e excursionistas, turistificando-os. Se considerarmos o caso de estudo, podemos concluir que o planeamento estratégico deve consubstanciar-se como uma medida determinante para a sustentabilidade dos territórios, assegurando a concertação dos agentes e a definição de objetivos e medidas que garantam o equilíbrio às atividades a desenvolver, sendo a turística é uma delas.

Palavras-chave | Planeamento estratégico, regeneração urbana, turistificação

Abstract | Urban regeneration as a form of integrated territorial intervention that combines rehabilitation actions with appropriate measures of economic, social and cultural revitalization and reinforcement of cohesion and territorial potential, intends to give "new life" to the territories. The tourist activity imposes significant modifications on the territory, turistifying it, that is to say, tourism as an economic activity, or as a social activity has the capacity to cause profound changes in the territories, be they negative or positive. Barros (1998) and Leite (2008). Praça do Comércio and Ribeira das Naus were in 2008 strategically object of urban rehabilitation, eventhough the motive was not to create tourist areas. The appropriation of these spaces for tourist functions, therefore, transformed them into territories of provision of goods and services for the satisfaction of tourists and hikers, turistificando them. If we consider the case study, we can conclude that strategic planning must become a decisive measure for

* **Doutoranda** em Turismo pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

the sustainability of the territories, ensuring the coordination of the agents and the definition of objectives and measures that guarantee the balance to the activities to be developed, being tourism one of them.

Keywords | Strategic planning, urban regeneration, touristification

1. Introdução

O planeamento físico e estratégico são instrumentos, complementares entre si, de intervenção no território, consubstanciam uma ferramenta de organização espacial estabelecendo objetivos de gestão com os quais se pretende agir sobre os efeitos advenientes da ocupação desse território com atividades humanas, Silveiro (2006), Souza (2002) e Ignarra (2002).

O turismo é uma dessas atividades, sendo um grande consumidor dos espaços, responsável pela sua produção e transformação, conduzindo à necessidade de uma crescente racionalidade da sua organização, apoiada por um processo de planeamento estratégico com objetivos, medidas e planos de ação para a concretização de metas previamente fixadas, Siviero (2006).

Tendo em conta a importância crescente da Regeneração Urbana, para o desenvolvimento de estratégias abrangentes de desenvolvimento económico e social e de sustentabilidade dos territórios, elegemos a Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina, em concreto a Praça do Comércio e a Ribeira das Naus, como caso de estudo de implementação destas políticas, em consequência da aprovação do respetivo documento estratégico (RCM n.º 78/2008, publicada no DR, 1.ª série de 15 de Maio de 2008.)

Procura-se relacionar a implementação destas políticas com a designada turistificação dos espaços urbanos, para perceber se o referido documento estratégico, teve como motivação a apropriação do espaço para o turismo ou se foi uma sua consequência natural.

Para Leite (2008), o território turístico não

surge espontaneamente, resulta da sua transformação com a finalidade de produzir e vender bens e serviços que produzem prazer aos visitantes. Já Almeida (1999) defende que a simples adaptação do território à sua nova função turística consubstancia o processo de turistificação.

Assim pretende-se entender como são percecionados os espaços objeto de investigação e se os mesmos surgem do, ou para, o turismo.

Para esse efeito, a questão de partida que norteia a pesquisa é saber se “A estratégia de requalificação urbana da Praça do Comércio e da Ribeira das Naus, os transformou em espaços turistificados?”

Com vista a responder à pergunta de partida colocam-se seis hipóteses elencadas no ponto VI da Metodologia, as referidas hipóteses mereceram resposta por recurso à revisão bibliográfica, à observação direta e ao inquérito por questionário para analisar a perceção do turista.

Se o documento estratégico, não teve como motivação principal a intervenção nos espaços para a sua afetação à função turística, esse desiderato encontra-se, todavia, presente no texto desde logo como fundamento de ações futuras.

A turistificação destes espaços parece então resultar do processo de requalificação e reabilitação urbana decorrente de uma medida de revitalização económica, social e cultural, numa lógica de reforço da coesão e do potencial da cidade.

2. O Planeamento nos Espaços Urbanos e Turísticos

O desenvolvimento e crescimento das cidades conduziram a um crescente desequilíbrio entre o existente e o desejável, com disparidades de dimensão física, ambiental, económica e social no território, e desequilíbrios dos quais as sociedades começaram a consciencializar-se, reconhecendo a necessidade de encontrar soluções.

O planeamento territorial é um processo dinâmico e de decisão complexo, onde se tangem diferentes áreas disciplinares e diversos agentes locais (públicos e privados), que está permanentemente em ajustamento e que tem como linha orientadora, a funcionalidade, a atratividade e utilidade do território, de acordo com as necessidades da população. Silva (2011) e Fidélis (2001).

O conceito de planeamento deixa de se enraizar apenas nos aspetos físicos do território, evoluindo para uma ferramenta estruturante do desenvolvimento sustentável, conferindo uma coerência transversal aos diversos instrumentos de gestão do território, assumindo novas dimensões, de que são exemplo a avaliação e monitorização, e procura de convergência de interesses, mediante processos de parcerias e participação de todos os *stakeholders* envolvidos num território.

O planeamento, segundo Silva (2011) que cita Silva (2003, p.36)

“(…) teve de evoluir de uma perspectiva mais orientada para o desenho, para uma outra onde os aspetos de gestão e de formulação de estratégias de intervenção assumem um papel tão ou mais importante que o formalismo dos planos enquanto peças desenhadas e regulamentares. Antes do desenho há assim, cada vez mais, que encontrar os parceiros e os meios (dos técnicos aos financeiros) para concretizar um determinado projeto ou levar

à prática uma dada estratégia ou política”.

Assim, o quadro de referências e orientações fornecidas pelo planeamento estratégico são instrumentos de apoio às decisões e processos de gestão.

Trata-se de um contrato de gestão entre *stakeholders* e o território, no qual são os habitantes das cidades que retiram benefícios do reforço de competitividade e de qualidade de vida que este planeamento deve representar.

Enquanto o planeamento estratégico surge como o objetivo a atingir, o caminho a percorrer, o planeamento físico desenha o espaço onde se caminha. Silva, (2011), Fonseca (2006). Não se excluem entre si, antes de completam.

Em turismo, o planeamento convencional e o planeamento estratégico interagem, porquanto o primeiro se constitui como a organização espacial e o segundo, através do estabelecimento de objetivos de gestão, pretende agir sobre os efeitos advinentes da atividade turística, maximizando os positivos e, principalmente, mitigando os negativos. Siviero (2006), Souza (2002) e Ignarra (2002).

Para Siviero (2006) o turismo além de ser um grande consumidor do espaço é também responsável pela produção e transformação do mesmo. O processo de consumo do espaço pelo turismo gera esses espaços turísticos, por isso refere que “...a organização do espaço turístico requer uma crescente racionalidade que deve ser apoiada em um processo de planeamento dotado de ações responsáveis e de objetivos previamente estabelecidos.” Isto é, os destinos turísticos, reconhecidamente vulneráveis a variáveis diversas (económicas, sociais, físicas, etc.), têm de estruturar a sua oferta de forma integrada compatibilizando os recursos e equipamentos com a sua envolvente.

3. Regeneração Urbana ou o caminho para a turistificação das cidades

A regeneração urbana enquanto forma de intervenção territorial integrada que combina ações de reabilitação com medidas adequadas de revitalização económica, social e cultural e de reforço da coesão e do potencial territorial, pretende dar “nova vida” aos territórios.

As intervenções de requalificação e reabilitação urbana em estudo, mantendo os traços essenciais das duas áreas, visaram a valorização e a melhoria do desempenho funcional do tecido urbano e englobaram ações de reordenamento do trânsito, criação de espaços públicos de qualidade e devolução de outros à sua função, e a valorização dos espaços naturais. a reafecção dos usos de algum do edificado do domínio público a atividades económicas, designadamente o turismo,

A regeneração urbana pode ser entendida como uma ferramenta de recuperação das zonas urbanas e das cidades que se encontra em declínio. Atualmente a regeneração urbana funciona como um meio de voltar a tornar esses espaços atrativos e dinâmicos, trazendo uma nova vida ao tecido urbano. Uma vida dinâmica, com qualidade, que pode atrair para essas zonas outrora em declínio, novas faixas etárias e diferentes grupos sociais, para usufruir da cidade no seu todo, ao invés de esta funcionar como um local apenas de trabalho e/ou passagem. Fidalgo (2012, p.30)

Leite (2008) com fundamento em (Cruz 2002) refere que na relação entre turismo e urbanização se observa “... a existência de três situações distintas do ponto de vista espacial: I) o urbano antecede a emergência do turismo; II) o processo de urbanização é, simultaneamente, o processo de urbanização turística do lugar; III) a urbanização

pode ser posterior ao surgimento do turismo e decorrente dele.”

Brito Henriques (2003), denomina as intervenções nesses espaços de “urbanização turística”, que corresponde aos processos de produção de áreas urbanas que se sustentam já não no trabalho e na produção, mas no lazer e consumo.

A regeneração urbana enquanto ferramenta para devolver a cidade aos seus habitantes devolvendo-lhes espaços de lazer e criando novas formas espaciais de expressão da paisagem, valorizando por isso a sua vida quotidiana e o bem-estar urbano, parece-nos ser entendida por Ribeiro (2006), também como uma potenciação de novos espaços produtivos, através, por exemplo, do turismo.

A autora refere mesmo que

“É importante reiterar que a valorização do espaço urbano, através de ações de planeamento, pode evitar impactos negativos, envolver populações, conservar ambientes naturais e artificiais, e ainda, promover a integração social associada ao lazer e bem-estar da cidade como um todo” Ribeiro (2006, p. 320).

De acordo com Siviero (2006) que cita Boullon (2002, p.79)

“ o espaço turístico é consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que, (...) são a matéria-prima do turismo. Este elemento do património turístico, mais o empreendimento e a infraestrutura turística, são suficientes para definir o espaço turístico de cada país”

O espaço urbano produzido pelo turismo é diferente do espaço urbano por si só, uma vez que aquele se constitui num novo espaço produtivo. O espaço urbano é o ativo e suporte do espaço turístico (Siviero 2006 & Cruz 2001, p. 24).

A atividade turística impõe modificações significativas sobre o território, turistificando-o, isto é, o turismo quer como atividade económica, quer enquanto atividade social tem a capacidade de provocar profundas alterações nos territórios, sejam elas negativas ou positivas. Barros (1998) e Leite (2008).

O turismo é uma invenção humana pelo que o território turístico não surge de forma espontânea, “os territórios são transformados com a finalidade de produzir vender e consumir serviços e bens que produzem prazer aos visitantes sejam turistas, excursionistas ou residentes temporais” Leite (2008, p.47)

Podemos dizer, à contrario sensu, que, apesar de as relações entre o turismo e a urbanização não se reduzirem às afirmações: a urbanização gera turismo e o turismo induz a urbanização, Henriques (2003, p. 163), o grau de urbanização (turística) constitui-se em variável determinante na geração da procura turística, e em simultâneo o turismo também pode constituir-se em motor de desenvolvimento urbano.

A turistificação ocorre “ocorre “Quando um território se adequa a esta nova função turística para dar satisfação aos que chegam de fora, verificando-se uma apropriação do lugar para e pelo turismo. . .” Leite, (2008) citando Almeida (1999).

Para Leite (2008) um território só se transforma em território turístico a partir do momento em que o turismo impõe as suas formas e funções turísticas.

Reconhecemos na turistificação o processo de implantação, implementação e/ou de apoio da atividade turística em espaços (urbanos) turísticos ou naqueles que tenham potencialidades para o desenvolvimento da atividade turística.

Também parece incontornável que a turistificação exige um planeamento estratégico do desenvolvimento do turismo nesses espaços, uma vez que se impõe a organização e a regulamentação das ações a desenvolver, sob pena de os efeitos negativos condenarem à falência a função turística

a que se pretende destinar os mesmos.

Por último, considera-se também determinante o papel dos stakeholders – agente públicos e privados da atividade do turismo - na organização e na configuração dos territórios.

Efetivamente, a função turística no espaço e a forma como esta se desenvolve são um reflexo das ações e interações de diferentes atores enquanto produtores do espaço turístico. Destes destacando os agentes públicos que, de uma maneira geral, definem a política pública que enforma o desenvolvimento turístico que se inicia pelo planeamento do espaço e pela definição das condições e as linhas gerais da atividade turística. Fonseca e Costa (2005).

Para estes autores, são as políticas de turismo que se confundem com as políticas urbanas. Consideram que o poder público procura dar resposta aos problemas urbanos apenas para criar condições para o desenvolvimento da atividade turística e a inserção de modo mais competitivo do destino turístico no mercado nacional e internacional.

De seguida no caso de estudo pretendemos analisar a concretização das medidas de requalificação e reabilitação urbanas e as conexões do respetivo planeamento com o turismo, em concreto se desse planeamento resultou a turistificação dos espaços.

4. Caso de Estudo: Praça do Comércio e Ribeira das Naus, em Lisboa

No quadro das medidas de requalificação e reabilitação de áreas urbanas, entre 2009 e 2011, foi decidida (RCM n.º 78/2008, publicada Diário da República, 1.ª série de 15 de maio de 2008), a execução de um conjunto de operações destinadas à valorização da frente ribeirinha de Lisboa, visando a modernização, reorganização e renovação daquele espaço urbano.

A zona de intervenção do projeto Frente Ribeir-

rinha da Baixa Pombalina 2010, fica compreendida entre o Aterro da Boavista e a Estação de Santa Apolónia, abrangendo uma faixa ribeirinha de 2,3 km, com cerca de 21 HA à qual acresce a área de 7,80 ha sob jurisdição da Administração do Porto de Lisboa (APL).

Foi definido ainda que o estudo urbanístico desenvolvido para esta área, e que se faz parte do espólio liquidatário da Frente Tejo SA, teria

um grau de desenvolvimento equivalente ao de um estudo prévio simplificado (figura 1), visando uma solução integrada, coerente e contínua, para a totalidade da zona de intervenção, pontuada pelas três praças acima identificadas, e centrada na grande área disponível (aproximadamente 4 ha), a antiga Ribeira das Naus.



Figura 1 | Estudo prévio requalificação e reabilitação urbana da Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina
Fonte: Fonte: arquivo da Frente Tejo, SA – espólio próprio, 2010

A motivação destas intervenções foi a contribuição para uma vivência multifuncional, compatibilizando o simbolismo e os usos: administração, serviços, turismo, comércio, equipamentos culturais, espaços de lazer e fruição, atraindo funções centrais e estabelecendo vivências diversificadas.

Detemo-nos em dois espaços em concreto na citada área de intervenção – a Praça do Comércio e a Ribeira das Naus – destacando do documento estratégico os objetivos definidos e as ações para a concretização da sua requalificação (figura 2).

Quadro 1 | Objetivos e concretização das ações de requalificação

	Objetivo das intervenção	Concretização da intervenção
Praça do Comércio	Qualificar o espaço, em absoluto respeito pela escala original, dotando - o de uma vocação eminentemente lúdica, de fruição diversificada;	Reformular acessos e recuperar as fachadas;
	Relacionar os pátios interiores com a grande Praça, em boa cooperação tanto com os ministérios como com o município de Lisboa a fim de propiciar um número diversificado de actividades relevantes e permitindo a ligação pública do Pátio da Galé à Ribeira das Naus;	Conceber formas de utilização inovadoras para os espaços desocupados visando, nomeadamente, a instalação de unidade hoteleira e o aproveitamento, ao nível dos torreões, que permita ancorar actividades de criatividade, inovação e excelência, como condição da sua devolução à fruição dos cidadãos;
	Desocupar os espaços dos dois torreões da Praça do Comércio (nascente e poente), bem como do edifício onde se encontra instalado o Ministério da Administração Interna;	
	Valorizar os pisos térreos da Praça do Comércio, onde tal for possível, mediante a instalação de actividades comerciais e culturais e de serviços qualificados para os cidadãos;	
	Comportar possibilidades de desenvolvimento futuro, nomeadamente novas áreas e novas iniciativas para a revalorização funcional dos usos e o alargamento das actividades de turismo, lazer e cultura;	
	Criar condições para uma apropriação da Praça pelas pessoas;	
	Figura 2 – Objetivos e	
		Condicionar, na medida do possível, a circulação do automóvel individual.
Ribeira das Naus	Recuperar e reinterpretar a Ribeira das Naus	Acabar com a barreira que delimita os edifícios afectos à Marinha concebendo de forma unificada toda a área como uma grande área de fruição pública, salvaguardando a interligação e acessibilidade pedonal exterior entre os edifícios que a compõem;
		Estabelecer a ligação com a Praça do Município;
		Estabelecer percursos pedonais complementares, perpendiculares ao rio, que se projectam sobre este e que aproximem o rio do edificado.
		Solução arquitectónica e técnica que salvaguarde a segurança física e funcionalidade das infra -estruturas militares localizadas nesta área.

Fonte: Elaboração própria, Isabel Feijão Ferreira 2017

Como se vê na imagem aérea (Figura 3), todo o espaço contíguo à Av. Ribeira das Naus era interdito à fruição pública. A área identificada em 1 estava afeta ao Estado-Maior da Armada, para seu uso exclusivo como parque de estacionamento

e a área 2, embora arborizada, também não era de fruição pública. A zona 3 junto ao rio Tejo também não era passível de ser usufruída para o lazer.



Figura 2 | Ribeira das Naus antes da requalificação urbana aprovada em 2008

Fonte: <http://2.bp.blogspot.com/-ygXjcbZkis/UYa5zb01kXI/AAAAAAAAAE/7uT3fOrntPs/s1600/Abate+de+%C3%A1rvores+na+Ribeira+das+Naus+em+Lisboa+-+captura+de+ecr%C3%A3+2013-05-5,+%C3%A0s+19.46.38.jpg> (último acesso a 18/03/2017)

Estas áreas deram lugar às identificadas de 1 a 3, (Figura 4) que correspondem ao que hoje podemos desfrutar na Ribeira das Naus após a requalificação urbana.

Deste modo foi cumprido quase integralmente o objetivo de recuperar e reinterpretar a Ribeira

das Naus, tendo-se concretizado todas as ações preconizadas pelo documento estratégico, à exceção da ligação à Praça do Município que não veio a concretizar-se.



Figura 3 | Ribeira das Naus depois da requalificação urbana aprovada em 2008

Fonte: <https://imagens7.publico.pt/imagens.aspx/861557?tp=UH&db=IMAGENS>
<http://cdn1.ionline.pt/media/2015/6/28/470733.jpg?type=artigo> (último acesso a 18/03/2017)

A Praça do Comércio, e o seu conjunto edificado tinha como função única dar morada a gabinetes governamentais e da administração pública, alguns deles devolutos e em processo avançado de degradação.

Tratando-se de uma praça de império com cunho histórico, a mesma não tinha essa dignidade, resumindo-se a local de atravessamento de *commuters* provenientes da margem sul de Lisboa, cujo transporte público tem ali a sua última paragem.

A figura 4 ilustra o aspeto físico deste espaço em momento anterior ao processo de requalificação aprovado pelo documento estratégico de 2008.

Podemos, desde logo, ver duas diferenças substanciais – a circulação viária circundando a Praça deixou de existir, tendo-se procedido a uma alteração do tráfego naquele espaço. Outra das diferenças é a dos usos dos pisos térreos que, numa área que pode ascender a cerca de 4000m², foi destinada às atividades preconizadas pelo referido documento estratégico.



Figura 4 | Terreiro do Paço antes da requalificação urbana aprovada em 2008

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:2008.01.09.Trams_Praça_do_Com%C3%A9rcio_Lisbon_Portugal.jpg (último acesso a 18/03/2017)

<http://www.agendalx.pt/evento/lisbon-walker-8#.V4fRBfkrKUK> (último acesso a 18/03/2017)

A Praça do Comércio no pós requalificação urbana está retratado abaixo na figura 6, com uma composição de imagens que vai ao encontro dos objetivos definidos pelo documento estratégico, dos quais destacamos o de criar “condições para uma apropriação da Praça pelas Pessoas e valo-

rizar os pisos térreos da Praça do Comércio, ... mediante a instalação de atividades comerciais e culturais e de serviços qualificados para os cidadãos.”



Figura 5 | Terreiro do Paço depois da requalificação urbana aprovada em 2008 Fonte:

<https://de.pinterest.com/pin/449304500293963111/>

<http://acidadenapontadosdedos.com/2015/07/03/> (último acesso a 18/03/2017)

<http://www.lesoleil.rs/wp-content/uploads/2016/04/lisboa.jpg> (último acesso a 18/03/2017)

Por outro lado, as possibilidades de desenvolvimento de novas áreas e novas iniciativas para a revalorização funcional dos usos e o alargamento das atividades de turismo, lazer e cultura, preconizadas pelo documento estratégico, concretizaram-se. De facto, o espaço contempla hoje um conjunto significativo de Restaurantes, bares e similares, uma

unidade hoteleira (Pousada de Portugal), um museu (Lisbon Story Center) e vários espaços para espetáculos (Pátio da Galé, piso térreo do Torreão Nascente e o Torreão Poente).

As duas áreas em análise consubstanciam, intervenções integradas sobre o tecido urbano existente, foram objeto de valorização ambiental, onde

teve lugar a melhoria do desempenho funcional do tecido urbano (reordenamento do trânsito e criação de espaços públicos de qualidade). No planeamento estratégico esteve presente a preocupação com a revitalização económica, social e cultural e de reforço da coesão e do potencial territorial, designadamente com a criação ou potenciação de interações espaciais para uma lógica de fruição conjunta e integrada dos dois espaços.

A motivação para as intervenções foi a valorização da frente ribeirinha de Lisboa, visando a modernização, reorganização e renovação daquele espaço urbano. O objetivo foi criar uma nova visão para a cidade e para a sua frente ribeirinha, possibilitando a reconciliação da cidade e dos seus habitantes com o rio Tejo e a zona ribeirinha, enquanto espaço cultural e de lazer, mas também permitindo a recuperação da sua centralidade em função dos novos usos que lhe vão ser dados e das infra-estruturas a implantar.

5. Metodologia

O objetivo deste estudo é responder à questão de partida – A estratégia de requalificação urbana da Praça do Comércio e da Ribeira das Naus aprovada em 2008, transformou-os em espaços turistificados?

Para enquadrar essa resposta colocamos as hipóteses que a seguir se identificam:

H1 – No documento estratégico das intervenções, há elementos mínimos de conformação com um eventual plano de desenvolvimento de turismo? E em caso negativo podemos, apesar disso, concluir que o planeamento se revelou eficaz na perspetiva da afetação dos espaços ao uso turístico.

H2-Os espaços do Terreiro do Paço e das Ribeira das Naus são reconhecidos como espaços turísticos?

H3-Para quem visita estes espaços a sua requalificação teve um propósito turístico?

H4- Se a resposta à pergunta anterior for em sentido negativo, considera-se que apesar disso os mesmos contribuem para o aumento da atratividade turística?

H5-Existe o entendimento de que os referidos espaços pressupõem um processo de planeamento e quem intervêm nos mesmos?

H6- Entende-se que esse processo é complexo devido ao tempo que decorre até à sua implementação e ainda devido ao envolvimento dos agentes locais?

Estas hipóteses foram respondidas com fundamento em revisão bibliográfica considerada mais relevante para o enquadramento teórico, em observação direta (num exercício comparativo do antes e depois), e por inquérito com questões compatíveis formuladas aos respondentes nos termos que analisaremos no ponto VII.

A população foi definida pelo enquadramento da investigação, isto é os turistas – visitantes com uma permanência no local visitado, pelo menos de 24 horas mas não superior a um ano e cujos motivos de viagem podem ser agrupados em prazer, férias, desportos ou negócios, visita a parentes e amigos, missão, reunião, conferência, saúde, estudos, religião OMT (1994) - que visitam Lisboa e em concreto aquelas áreas da cidade. Neste sentido definimos uma faixa etária acima dos 16 anos que assegura um mínimo de autonomia para estadia enquanto turista. No mesmo sentido, foi solicitado o distrito de residência dos respondentes assegurando no questionário que não haveria respondentes com residência na cidade de Lisboa, limitando a segunda seção do questionário aos não residentes na cidade.

Cingimos ainda a amostra ao turismo interno –realizado pelos cidadãos de um país dentro dos limites desse mesmo país, OMT (1994).

Procedemos assim a uma avaliação quantitativa recorrendo ao inquérito por questionário,

usando o método não probabilístico e escolhida uma amostra por conveniência.

O inquérito foi divulgado através de perfil individual do Facebook da autora, tendo sido inquiridos indivíduos que, por sua vez, indicaram outros indivíduos com potencial para o estudo preconizando o efeito “bola de neve” (snowball) Sabemos, contudo, que este processo de amostragem não é representativo do universo em estudo, logo, os resultados não são fiáveis para serem extrapolados para a realidade desse mesmo universo - isto é todos os turistas nacionais que visitam Lisboa uma vez que o inquérito se restringiu a estes.

O questionário, realizado através da ferramenta Google Forms, foi solicitado no período compreendido entre os dias 02 e 13 de julho de 2016, tendo sido previamente testado e validado, no que se refere à sua interpretação, por um grupo de 10 pessoas, com similitudes com a amostra estudada, residentes em 5 distritos diferentes Lisboa, Aveiro, Coimbra, Porto e Setúbal.

6. Resultados

Do inquérito, divulgado através *link on line* inscrito na mensagem facebook, para formulário, obtivemos 211 respostas - 39,3% do género feminino 60,7% do género masculino. No que respeita à idade, 43,1% dos respondentes estão entre os 25-45 anos, seguidos dos que têm entre 51-65 com 29,7%. Entre os 46-50 anos estão 20,9% dos respondentes. Dos 16 aos 25 anos responderam 4,3% dos inquiridos. Com mais de 65 anos responderam 1,9%.

Quanto à área de residência, colocamos como opção os 18 distritos de Portugal continental. No caso de Lisboa limitamos a resposta ao questionário a pessoas não residentes na cidade de Lisboa, uma vez que a análise visa o turista ou excursionista e não os residentes que beneficiam do espaço para lazer.

Por distrito foram obtidos os resultados constantes da figura 6.



Figura 6 | Distribuição dos respondentes por distrito
Fonte: Produção própria

Em aditamento colocamos a questão sobre o tempo de estadia, tendo apurado que do universo da amostra 61,6% são turistas, OMT (1994), como pretendíamos. Os restantes 38,4% são excursionistas, porquanto não pernoitam pelo menos uma noite.

Mostrando-se importante perceber se os respondentes poderiam avaliar as ações de política pública ocorridas nos espaços objeto de análise, pretendemos saber há quanto tempo haviam visitado Lisboa. Assim, mais de 98% já esteve em Lisboa em turismo e lazer.

Do total de respondentes 79,1% estiveram em Lisboa há menos de 1 ano, 15,6% entre 1 a 5 anos. Os restantes estiveram em Lisboa há mais de 5 ou 10 anos. A maioria pode, portanto, perceber as alterações a que os espaços foram sujeitos no âmbito da requalificação urbana que ocorreu na cidade.

Questionados sobre o conhecimento da localização dos espaços no caso da Praça do Comércio, 50,7% identificam o espaço, e 33,6% localizam-no na área imediatamente contígua. Já a Ribeira das Naus apenas 17,1% dos respondentes identifica claramente espaço, embora 22,7% localize o espaço em zona imediatamente contígua àquela onde efetivamente se localiza.

Quanto aos usos dos espaços até à requalificação urbana e sobre a respetiva alteração a perceção divide-se de forma quase equivalente entre as três molduras de tempo fornecidas e a maioria dos respondentes 35,1% refere que essas primeiras alterações se decorreram entre 1980 e 1990. Os restantes dividem-se entre 1990 e 2001.

Um total de 122 respondentes associa as alterações físicas do espaço a um período de tempo mais recente, 28,9% para cada uma das duas molduras de tempo mais próximas – 2005-2010 e 2010-2015.

As atividades desenvolvidas na Praça do Comércio são reconhecidas como turísticas, e os respondentes identificam as mais representativas, os Restaurantes, bares e similares com 92,9%, lojas de produtos turísticos e informação ao cidadão (Welcome Center) ambos com mais de 50% dos respondentes. As restantes - Pousada, zonas de espetáculos (Páteo da Galé por ex.) e Museus (Lisbon Story Center) são as menos percebidas pelos turistas.

Questionados sobre a utilização da Ribeiras das Naus, 85,8% dos respondentes considera este um espaço turístico e 61 associa àquele espaço, todas as imagens com manifestações de lazer que podem ocorrer no espaço.

Dos respondentes 75,4%, consideram que o planeamento destes espaços não teve como estratégia a afetação a funções turísticas, mas sim a devolução do espaço aos residentes. Ainda assim, 91% dos respondentes considerou que estes espaços contribuíram como motivação para visitar Lisboa.

Procurámos ainda saber o posicionamento dos respondentes sobre o processo de planeamento dos espaços, colocando também a questão sobre quais os stakeholders determinantes e o respetivo papel nesse planeamento.

São 47,4% os respondentes que atribuem estas intervenções urbanas à Câmara Municipal de Lisboa, seguidos de 40,3%, que consideram que houve uma parceria de todas as entidades identificadas no inquérito. Apenas 5,2% dos respondentes atribuem a responsabilidade do planeamento destes espaços a organismo responsável pelo Turismo de Lisboa.

Dos respondentes 46,4% consideram que o processo de implementação destas intervenções decorreu durante um período entre 6 a 10 anos, e 71,7% (151) aponta os conflitos de competências entre entidades de gestão dos territórios para que o planeamento decorra durante um período de tempo tão longo. Quanto aos impactos, uma maioria relativa dos respondentes 49,8%, considera poder haver lugar a impactos negativos e positivos, seguidos de 46,4% que entendem que os efeitos são apenas positivos.

7. Considerações Finais

Como decorre da moldura teórica os dois espaços urbanos em análise, foram objeto de medidas de planeamento funcional, com o propósito claro de devolve-los à fruição pelos cidadãos, para garantir a sua qualidade de vida, tendo-se estabelecidos objetivos e delineadas linhas de atuação. O processo de planeamento seguiu, assim, os requisi-

tos e princípios do planeamento físico e estratégico como resulta do documento estratégico aprovado em 2008.

A revisão bibliográfica e observação direta também nos levam a concluir que estes espaços, apesar de planeados com o objetivo de satisfazer as necessidades do habitante da cidade, se adequaram a uma nova função turística e estão a ser apropriados para, e pelo, turismo, donde podemos considerar os espaços turistificados.

Como se reconhecia no documento estratégico, estes eram já espaços com potencialidades para o turismo, logo o respetivo processo de requalificação e reabilitação, acabou por convertê-los em efetivos espaços (urbanos) turísticos.

Assim se confirmando afirmativamente a hipótese 1, de facto a motivação não foi a urbanização turística, mas, como Henriques (2003, p. 163), este planeamento induziu a procura turística.

Os resultados da pesquisa empírica confirmam estas conclusões, porquanto os turistas inquiridos reconhecem que as intervenções de reabilitação não tiveram um propósito turístico, afirmando mesmo que se tratou de devolver esses espaços à fruição pelos habitantes da cidade, mas também afirmam que os mesmos se constituíram em espaços de atração turística, quase que como uma consequência natural. Deste modo respondemos afirmativamente às hipóteses 2 a 4.

O planeamento dos espaços urbanos em geral, e por maioria de razão os turísticos em áreas urbanas, pressupõem uma intervenção estratégica com participação de múltiplos atores e agentes, num esforço de ponderação de impactos, minimizando os negativos e potenciando os positivos, num esforço de garantir a sustentabilidade da atividade turística. As respostas afirmativas às hipóteses 5 e 6, que decorrem dos resultados do inquérito, confirmam esta necessidade. Reconhece-se que a implementação destes espaços exige um esforço de planeamento concertado, sendo certo que se atribui a liderança do mesmo ao setor público, e que apesar desse planeamento os impactos serão sem-

pre negativos e positivos.

Agradecimentos

Ao Arquiteto Biencard Cruz, Presidente do Conselho de Administração da extinta Frente Tejo, SA, cujo convite para integrar a Administração me levou ao “mundo” do Turismo.

Referências

- Almeida, MG (1999). Cultura: invenção e construção do objeto turístico. *Espaço aberto turismo e formação profissional*. AGB-Seção Fortaleza, Fortaleza.
- Barros, N. (1998). *Manual de Geografia do Turismo: meio ambiente, cultura e paisagens*. Editora Universitária de UFPE, Recife.
- Cruz, R. C. (2001) e (2002). *Política de Turismo e Território*. Contexto, São Paulo.
- Fidélis, Teresa (2001). *Planeamento Territorial e Ambiental - O caso da envolvente à Ria de Aveiro*. Principia, Lisboa.
- Fratucci, A.C. (2014). Turismo e território: relações e complexidades. *Caderno Virtual de Turismo. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo*. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.87-s.96, nov. 2014.
- Ferreira, AF (2007). – *Gestão estratégica de cidades e regiões*. Lisboa (2ª Edição) Fundação Calouste Gulbenkian
- Fidalgo, A (2012). *As Parcerias para a Regeneração Urbana – Uma análise comparativa Dissertação de Mestrado*. FCT, Universidade Nova de Lisboa
- Fonseca, M. A.; Costa, A. A. (2005). *A Racionalidade da Urbanização Turística em Áreas Deprimidas: o espaço produzido para o visitante*. Acedido em 30 de novembro de 2016 em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-114.htm>
- Henriques, Brito E (2003). *Cultura e território, das políticas às intervenções. Estudo geográfico do património histórico-arquitectónico e da sua salvaguarda*. Tese de doutoramento em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Ignarra, LR (2002). *Planejamento turístico municipal: um modelo brasileiro. Pioneira Thomson Learning*, São Paulo

- Nicolas, D. (1996). Elementos para un Analisis Sociogeografico del Turismo. In: Rodrigues, A. (org.). *Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais*. HUCITEC, São Paulo: 39-53
- Leite, NK (2008). Turismo e Território: um estudo sobre a Turistificação de Portimão (Algarve Portugal). *Dissertação de Mestrado em Geografia, Área de Especialização: Urbanização e Ordenamento do Território*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- Renata, MR (2006). Planejamento Urbano, Lazer e Turismo: Os Parques Públicos em Curitiba – PR, *Turismo - Visão e Ação Vol. 8 - n.2* p. 309 - 321 maio /ago. 2006
- Silva (2011). *Requalificação Urbana. O exemplo da intervenção polis em Leiria*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Silva, F.N. (2003). A participação das populações nos processos de planeamento, transformação e gestão do território. *1.º Seminário de Engenharia do Território: Planear – Transformar – Gerir*. IST/Núcleo de Estudos de Alunos do Território, Lisboa, p. 36.
- Siviero, AP (2006). Os elementos do Espaço Turístico Urbano no Processo de Planeamento: Reflexões Teóricas e Articulações, *Revista Ra'e Ga*, Curitiba. P.51-59, Editora UFPR
- Souza, ML (2002). Mudar a Cidade uma introdução critica ao planeamento e a gestão urbanos. (2ª ed.). *Bertrand Brasil*, Rio de Janeiro.